



Número: **0800684-61.2020.8.20.5108**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara da Comarca de Pau dos Ferros**

Última distribuição : **17/02/2020**

Valor da causa: **R\$ 10.125,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARTA KENIA PESSOA DE CARVALHO DANTAS (AUTOR)		GERLIANN MARIA LISBOA DE AQUINO (ADVOGADO)	
SEGURADORA DPVAT (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
53476089	17/02/2020 15:08	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
53476093	17/02/2020 15:08	<a href="#">1 - Petição Inicial</a>	Outros documentos
53476096	17/02/2020 15:08	<a href="#">2 - Procuração</a>	Procuração
53476097	17/02/2020 15:08	<a href="#">3 - Documento pessoal</a>	Documento de Identificação
53476099	17/02/2020 15:08	<a href="#">4 - Comprovante de residência</a>	Documento de Comprovação
53476101	17/02/2020 15:08	<a href="#">5 - Declaração de Hipossuficiência</a>	Documento de Comprovação
53476103	17/02/2020 15:08	<a href="#">6 - Documento do veículo</a>	Documento de Comprovação
53476105	17/02/2020 15:08	<a href="#">7 - Boletim de Ocorrência</a>	Documento de Comprovação
53476108	17/02/2020 15:08	<a href="#">8 - Documentos hospitalares</a>	Documento de Comprovação
53476114	17/02/2020 15:08	<a href="#">9 - Carta de pagamento - Líder</a>	Documento de Comprovação
53477174	18/02/2020 10:51	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
55317188	27/04/2020 10:16	<a href="#">Citação</a>	Citação

Em anexo.



Ao Juízo de uma das Varas Cíveis da Comarca de Pau dos Ferros – RN, a quem couber por distribuição legal

**MARTA KENIA PESSOA DE CARVALHO**

**DANTAS**, brasileira, casada, empresária, portadora do RG de número 002.021.955 SSP/RN, inscrita no CPF sob nº 042.187.024-97, residente e domiciliada na Rua Cícero Feitosa da Silva, nº 100, bairro Alto do Açude, Pau dos Ferros/RN, através dos procuradores que a presente subscrevem, devidamente constituídos por força do instrumento de mandato já existente no ventre processual, e com endereço no rodapé desta peça; vem a r. presença de V. Exa. propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE  
SEGURO DPVAT**

Contra a **SEGURADORA LÍDER DOS  
CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito sob o CNPJ nº. 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua

Rua Francisco Isódio, 321, sala 03, Centro, Mossoró-RN.  
Telefones: (84) 3314-6100 / 99985-6883 / 99667-6153  
E-mail: gerliaquino@hotmail.com



Senador Dantas, N° 74, 5° andar, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20.031-205, em virtude dos motivos **iure et facto** a seguir delineados:

## **I - PRELIMINARMENTE**

### **1.1 - DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA**

Inicialmente, a Autora afirma que não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do sustento próprio bem como de sua família, razão pela qual faz jus ao benefício da gratuidade da justiça, nos termos do art. 4º da lei 1.060/50, com redação introduzida pela Lei 7.510/86.

### **1.2 - DA DESNECESSIDADE DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO**

Com base no Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/15), a parte Demandante vem informar que, nos moldes do art. 319, inciso VII, **opta pela não realização de audiência de conciliação ou mediação**, na medida em que, de praxe, a Ré apresenta interesse em conciliar apenas quando já existe perícia nos autos, razão pela qual incide o art.334, §4º, inciso II da Lei nº 13.105/15, que veda a realização da audiência de conciliação nos casos em que não se admite a autocomposição.

### **1.3 - DA NÃO INCIDÊNCIA DA PRESCRIÇÃO**

É de fundamental importância analisar o caráter das

---

Rua Francisco Isódio, 321, sala 03, Centro, Mossoró-RN.  
Telefones: (84) 3314-6100 / 99985-6883 / 99667-6153  
E-mail: gerliaquino@hotmail.com



seguintes Súmulas do STJ que versam sobre a prescrição das ações indenizatórias de seguro DPVAT. Veja-se:

**Súmula 278 - O termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral. (SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/05/2003, DJ 16/06/2003)**  
(grifo nosso)

Ou seja, o termo inicial do prazo prescricional é a data em que o Segurado teve ciência inequívoca da capacidade laboral e não a data do acidente ou do pagamento administrativo, conforme o julgado acima e, no caso concreto, a Autora em momento algum obteve laudo médico informando acerca da incapacidade laborativa - motivo pelo qual o marco inicial da ciência inequívoca será, sem dúvida, o dia da perícia realizada pela justiça.

**Desta feita, em tendo a Autora recebido quantia de R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) na via administrativa em data de 01/08/2019, tem-se que esse é o marco inicial para contagem da prescrição.**

Neste diapasão, a Súmula 57 do STJ aponta:

**Súmula 573 - Nas ações de indenização decorrente de seguro DPVAT, a ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez, para fins de contagem do prazo prescricional, depende de laudo médico, exceto nos casos de invalidez permanente notória ou naqueles em que o conhecimento anterior resulte comprovado na fase de instrução. (Súmula 573, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/06/2016, DJe 27/06/2016)**

Rua Francisco Isódio, 321, sala 03, Centro, Mossoró-RN.  
Telefones: (84) 3314-6100 / 99985-6883 / 99667-6153  
E-mail: gerliaquino@hotmail.com



Lê-se ainda nas vastas jurisprudências oportunamente expostas abaixo, as quais são do ano de 2018, TODAS reafirmando as supracitadas súmulas, ou seja, afastam a existência de prescrição quando não se evidencia laudo médico informando a incapacidade. Veja-se:

AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO. CIÊNCIA INEQUÍVOCA DO CARÁTER PERMANENTE DA INVALIDEZ. LAUDO MÉDICO DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL - IML. PRESCRIÇÃO AFASTADA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. A jurisprudência da Segunda Seção, reafirmando a exegese cristalizada na Súmula 278/STJ, assentou **QUE O TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL TRIENAL PARA O EXERCÍCIO DA PRETENSÃO DE COBRANÇA DA INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT "É A DATA EM QUE O SEGURADO TEVE CIÊNCIA INEQUÍVOCA DO CARÁTER PERMANENTE DA INVALIDEZ"** (REsp 1.388.030/MG, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, julgado em 11/6/2014, DJe de 1º/8/2014). 2. Posteriormente, o referido órgão julgador esclareceu que, **EXCETO NOS CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE NOTÓRIA (AMPUTAÇÃO DE MEMBRO, ENTRE OUTROS) OU NAQUELES EM QUE O CONHECIMENTO ANTERIOR RESULTE COMPROVADO NA FASE DE INSTRUÇÃO, A VÍTIMA DO ACIDENTE DE TRÂNSITO TEM CIÊNCIA INEQUÍVOCA DO CARÁTER PERMANENTE DE SUA**

Rua Francisco Isódio, 321, sala 03, Centro, Mossoró-RN.  
Telefones: (84) 3314-6100 / 99985-6883 / 99667-6153  
E-mail: gerliaquino@hotmail.com



**INCAPACIDADE NA DATA DA EMISSÃO DO LAUDO MÉDICO PERICIAL** (EDcl no REsp 1.388.030/MG, julgado em 27/8/2014, DJe de 12/11/2014). 3. **NA ESPÉCIE, NÃO OBSTANTE SE POSSA PRESUMIR QUE O AUTOR TIVESSE "CIÊNCIA DAS CONSEQUÊNCIAS FÍSICAS DO ACIDENTE", A CIÊNCIA INEQUÍVOCA "DO CARÁTER PERMANENTE DA INVALIDEZ" DECORRENTES DAS LESÕES SOFRIDAS NO ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO ADVEIO A PARTIR DO LAUDO EMITIDO PELO INSTITUTO MÉDICO LEGAL - IML, realizado em 10/11/2009. Assim, não se tratando de invalidez permanente notória (amputação de membro, entre outros) ou naqueles em que o conhecimento anterior resulte comprovado na fase de instrução, merece ser afastada a prescrição. 4. Agravo interno não provido.**

(STJ - AgInt no REsp: 1660272 MG 2017/0055607-0, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: **18/09/2018**, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe **21/09/2018** (grifos acrescidos))

**APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - PRESCRIÇÃO AFASTADA - SÚMULA Nº 278 DO STJ - DIFERENÇA ENTRE A CIÊNCIA DA LESÃO E DO SEU CARÁTER PERMANENTE - INVALIDEZ COMPROVADA POR LAUDO MÉDICO PERICIAL - INDENIZAÇÃO DEVIDA - SENTENÇA MANTIDA -**

Rua Francisco Isódio, 321, sala 03, Centro, Mossoró-RN.  
Telefones: (84) 3314-6100 / 99985-6883 / 99667-6153  
E-mail: gerliaquino@hotmail.com



HONORÁRIOS MAJORADOS - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. **“O termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral” (Súmula nº 278 do STJ). NÃO SE PODE CONFUNDIR “CIÊNCIA DA LESÃO” COM “CONHECIMENTO DO CARÁTER PERMANENTE”, UMA VEZ QUE ESTE SÓ PODE SER OBTIDO POR LAUDO MÉDICO E NÃO A PARTIR DE CRITÉRIOS DE PRESUNÇÃO.** (Ap 24534/2018, DES. DIRCEU DOS SANTOS, TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 22/08/2018, Publicado no DJE 29/08/2018)

(TJ-MT - APL: 00377731720168110041245342018 MT, Relator: DES. DIRCEU DOS SANTOS, Data de Julgamento: 22/08/2018, TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Data de Publicação: **29/08/2018** (grifos acrescidos))

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - PRESCRIÇÃO - INOCORRENCIA - SÚMULA 573 E 278 SO STJ - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. A partir da entrada em vigor do novo Código Civil, ou seja, 11/1/2003, o prazo prescricional para a demanda que busca o pagamento integral do seguro obrigatório DPVAT passou a ser trienal, nos termos do art. 206, § 3º, IX, do CC/2002. **Nas ações de indenização decorrente de seguro DPVAT, a ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez, para fins de contagem do prazo prescricional,**

Rua Francisco Isódio, 321, sala 03, Centro, Mossoró-RN.  
Telefones: (84) 3314-6100 / 99985-6883 / 99667-6153  
E-mail: gerliaquino@hotmail.com





depende de laudo médico, exceto nos casos de invalidez permanente notória ou naqueles em que o conhecimento anterior resulte comprovado na fase de instrução. (Súmula 573 - STJ). O termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral. (Súmula 278 - STJ). A correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei nº 6.194/1974, redação dada pela Lei nº 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso. STJ. 2ª Seção. Aprovada em 14/09/2016, DJe 19/09/2016. (Súmula 580 - STJ). Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação. (Súmula 426 - STJ) (Ap 54654/2012, DR. MARCIO APARECIDO GUEDES, SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 25/07/2018, Publicado no DJE 30/07/2018)

(TJ-MT - APL: 00330292320098110041546542012 MT, Relator: DR. MARCIO APARECIDO GUEDES, Data de Julgamento: 25/07/2018, SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, **Data de Publicação: 30/07/2018**) (grifos acrescidos)

Em consonância com o que ponderaram as jurisprudências supracitadas, percebe-se de forma solar que estas guardam total relação com o caso em apreço, na medida em que não há nos autos documento - laudo médico ou perícia do IML - que comprove a ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez, fundamental para o início da contagem do prazo prescricional nas ações de indenização decorrente de seguro DPVAT.

Rua Francisco Isódio, 321, sala 03, Centro, Mossoró-RN.  
Telefones: (84) 3314-6100 / 99985-6883 / 99667-6153  
E-mail: gerliaquino@hotmail.com



Portanto, requer desde já a produção de prova pericial, para confirmação da debilidade elencada e a consequente ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez, para fins de contagem do prazo prescricional, observando, para tanto, o dispositivo ao Beneficiário da Justiça Gratuita.

## **II - DOS FATOS**

Inicialmente informa-se que em data de 19 de janeiro de 2018, por volta das 07h:00min, a Requerente estava como garupa da motocicleta conduzida pelo Sr. Fabio Regio de Oliveira Dantas, quando perdeu o controle do veículo, e foram arremessados de forma violenta ao chão, consoante aponta boletim de ocorrência de nº 217/2018 anexo a inicial.

É preciso lembrar que no momento do acidente a Requerente estava como garupa da motocicleta marca/modelo YAMAHA/FACTOR YBR 125 ED, ano fabricação 2008, modelo 2008, cor prata, de placa NNM-9978/RN de propriedade do Sr. Fabio Regio de Oliveira Dantas, conforme documentos anexos.

Menciona-se que após o ocorrido a Demandante foi socorrida pelo condutor da motocicleta que a conduziu para o Hospital Dr. Cleodon Carlos de Andrade em Pau dos Ferros/RN, onde de imediato foi atendida pelo médico plantonista, Dr. Francisco Tadeu Nunes, o qual realizou os exames de emergência, atestando apenas algumas lesões e sequelas, conforme aponta boletim de urgência nº 298290.

Por conseguinte, não satisfeita com exames preliminares obtidos em hospital acima descrito, resolveu fazer novos exames, desta vez, no Complexo Hospitalar Mangabeira em João Pessoa/PB, onde após análise

---

Rua Francisco Isódio, 321, sala 03, Centro, Mossoró-RN.  
Telefones: (84) 3314-6100 / 99985-6883 / 99667-6153  
E-mail: gerliaquino@hotmail.com



médica e exames de imagem (raio-x), foi constatado fratura de patela direita, além de politraumatismo.

Diante disso, a Autora pleiteou a liberação do seguro DPVAT, tendo em vista as lesões e sequelas decorrentes do acidente, no entanto a seguradora pagou quantia pífia aos danos causados pelo sinistro através da via administrativa, montante este liberado no valor de **R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos)**, motivo pelo qual pugna pela concessão condizente com as lesões suportadas por esta.

Frise-se que de acordo com a tabela disponibilizada pela Lei vigente, a Autora faz jus a liberação da quantia de **R\$ 7.087,50 (sete mil, oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, equivalente a 75% (setenta e cinco por cento), da perca anatômica e/ou funcional intensa de um dos membros inferiores, pela fratura da patela direita, **R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais)**, correspondente a 25% (vinte e cinco por cento), da lesão de órgãos abdominais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem anatômica, respiratória, digestiva de comprometimento vital, em virtude do politraumatismo, totalizando a quantia de **R\$ 10.462,50 (dez mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**.

Ressalta-se que conforme pagamento através da via administrativa de **R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos)**, quantia esta que deverá ser subtraída do valor total de **R\$ 10.462,50 (dez mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, tem-se o remanescente ainda a ser liquidado de **R\$ 10.125,00 (dez mil, cento e vinte cinco reais)**, que deve ser adimplido pela seguradora em virtude das sequelas suportadas pela Autora.

Administrativamente a seguradora não paga a correção monetária cujo o termo inicial, deve ser a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e

Rua Francisco Isódio, 321, sala 03, Centro, Mossoró-RN.  
Telefones: (84) 3314-6100 / 99985-6883 / 99667-6153  
E-mail: gerliaquino@hotmail.com



fixou em R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve correção).

Nos processos administrativos realizados pela seguradora, e quando realizada a perícia, o que se vê é um enorme caos, um mar de obscuridade, a começar pelos médicos escolhidos pela mesma, pois em geral não são especializados em perícia médica, e são obrigados a seguir um formulário que contém as quantificações definidas em 10%, 25%, 50%, 75% e 100%, ou seja, se a incapacidade de uma pessoa for de 90%, os profissionais tem que marcar 75%, e assim degressivamente, prejudicando as vítimas.

As dificuldades geradas pela Demandada chegaram a tal ponto que as próprias vítimas de acidentes de trânsito não conseguem levantar toda a documentação necessária sem a orientação de quem detém o conhecimento do procedimento, inclusive, o alto custo e o tempo necessário para esse empenho acaba desestimulando a procura pelo seu direito, além disso quando é feito pagamento da indenização, esta prejudica os beneficiários que recebem quantia inferior aos valores condizentes com as lesões e sequelas.

Conforme disposto em linhas pretéritas, a utilização da tabela inserida através da Medida Provisória N° 451/2008, a qual fora posteriormente convertida na Lei N° 11.945/2009, é devidamente cabível haja vista que o acidente retratado na exordial ocorreu após a entrada em vigor dessas disposições legais.

### **III - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS**

Inicialmente, impende-se destacar que o seguro DPVAT foi instituído pela Lei Federal N° 6.194/74, alterada posteriormente pelas Leis N° 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, com o escopo de amparar os danos pessoais

Rua Francisco Isódio, 321, sala 03, Centro, Mossoró-RN.  
Telefones: (84) 3314-6100 / 99985-6883 / 99667-6153  
E-mail: gerliaquino@hotmail.com



causados por veículos automotores de via terrestre.

Neste contexto, o seguro obrigatório – diferentemente dos demais contratos desta ordem – é disciplinado por legislação específica, sendo as indenizações cabíveis dispostas em uma tabela cujos valores não são passíveis de transação.

No caso em foco, resta patente a subsunção do fato à norma aplicável, eis que consoante o que foi descrito, a demandante foi vítima de um sinistro automobilístico, caracterizando-se que o mesmo faz jus a uma indenização referente ao Seguro Obrigatório – DPVAT.

Outrossim, é cogente frisar que a documentação anexa ao presente petitório demonstra inequivocamente que houve o acidente bem como o grau de sequela suportado pela parte autora, podendo inferir assim que não há razão plausível para que a parte ré se negue a indenizar à parte autora com o valor correspondente a que deveria fazer jus.

Neste ínterim, o artigo 5º da Lei Nº 6.194/74, assim se reporta quanto ao direito à percepção do seguro:

Art . 5º - O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Tecendo-se uma análise quanto ao conteúdo da norma retrotranscrita, conclui-se que a indenização será devida mediante a prova pura e simples de que o acidente ocorreu, assim como do dano por ele provado.

Rua Francisco Isódio, 321, sala 03, Centro, Mossoró-RN.  
Telefones: (84) 3314-6100 / 99985-6883 / 99667-6153  
E-mail: gerliaquino@hotmail.com



Assim, o Boletim de Ocorrência e o Prontuário Médico são suficientes para demonstrar o nexo entre o acidente e as sequelas advindas, estando presente assim o direito do Promovente de receber a complementação do seguro obrigatório DPVAT.

A Lei Nº 8.441/92, que alterou alguns dispositivos da norma anterior, foi ainda mais ampliativa, e no seu Art. 7º assevera o que segue:

Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei. (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992)

Nesta mesma linha argumentativa, o benefício por invalidez permanente prevê uma indenização de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), como dispõe a Lei Nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, alterada pela Lei Nº 11.482, de 31 de maio de 2007, senão vejamos:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no Art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

**II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e;**

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (grifos nossos).

Rua Francisco Isódio, 321, sala 03, Centro, Mossoró-RN.  
Telefones: (84) 3314-6100 / 99985-6883 / 99667-6153  
E-mail: gerliaquino@hotmail.com



Em tendo o sinistro ocorrido em 19 de janeiro de 2018, estando, portanto, sob a égide da Lei Nº 11.945/2009, a qual fora convertida através da Medida Provisória Nº 451 de 12/12/2008, alterando a Lei Nº 6.194/74, em seu art. 3º, inciso II, a saber:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: *(Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009)*. Art. 33

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

*(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)*

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e *(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)*

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. *(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)*

§ 1º - No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009)*. Art. 33

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um

Rua Francisco Isódio, 321, sala 03, Centro, Mossoró-RN.  
Telefones: (84) 3314-6100 / 99985-6883 / 99667-6153  
E-mail: gerliaquino@hotmail.com





dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (*Incluído pela Lei Nº 11.945, de 2009*).

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (*Incluído pela Lei Nº 11.945, de 2009*).

Diante do que restou demonstrado, resta patente, portanto, que a parte autora faz jus à percepção do seguro obrigatório DPVAT, eis que o valor disposto pela seguradora está inferior as seqüelas suportadas, disposto na Lei, a que fazia jus.

#### **IV - DO REQUERIMENTO**

Diante dos prolegômenos apresentados a V. Ex.a., com fundamento da Lei nº 9.099/95, art. 3º, II, da Lei Nº 6.194/74, requer a procedência da presente, para o fim de condenar o Requerido, ao cumprimento do pagamento da indenização em epígrafe. Outrossim, requer ainda o seguinte:

a) busca-se a Tutela Jurisdicional do Estado, e invocando-a através desse A. Juízo, suplica desde logo lhe seja concedida a **GRATUIDADE JUDICIÁRIA**, com espeque na Lei nº 13.105/15, art. 98, conquanto é pobre o

Rua Francisco Isódio, 321, sala 03, Centro, Mossoró-RN.  
Telefones: (84) 3314-6100 / 99985-6883 / 99667-6153  
E-mail: gerliaquino@hotmail.com





Requerente, não podendo arcar com qualquer ônus pecuniário, sob pena de comprometer a sua manutenção;

b) requer, ainda, a PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL, para confirmação da debilidade elencada em linhas pretéritas, observando, para tanto, o dispositivo ao Beneficiário da Justiça Gratuita;

c) a condenação da Ré ao PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO (SEGURO DPVAT) **no valor de R\$ 10.125,00 (dez mil, cento e vinte e cinco reais)**, acrescidos de correção monetária e juros de mora desde evento danoso;

d) Com base no Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/15), a parte demandante vem informar que, nos moldes do art. 319, inciso VII, **opta pela não realização de audiência de conciliação ou mediação**, na medida em que, de praxe, a Ré apresenta interesse em conciliar apenas quando já existe perícia nos autos, razão pela qual incide o art.334, §4º, inciso II da Lei nº 13.105/15, que veda a realização da audiência de conciliação nos casos em não se admite a autocomposição.

e) Requer ainda, a citação do Demandado para apresentar defesa, porquanto mister constitucional balizado no princípio do contraditório e ampla defesa.

## **V - DO SEDIMENTO PROBANTE**

Provará toda a alegação feita através dos documentos anexos, sem prejuízo de qualquer outra prova em direito permitida, inclusive oral e as de ordem pericial.

## **VI - DO VALOR DA CAUSA**

Dá a presente o valor de R\$ 10.125,00 (dez mil, cento e vinte cinco reais).

Rua Francisco Isódio, 321, sala 03, Centro, Mossoró-RN.  
Telefones: (84) 3314-6100 / 99985-6883 / 99667-6153  
E-mail: gerliaquino@hotmail.com



Pede deferimento.

Pau dos Ferros – RN, 25 de janeiro de 2020

**Gerliann Maria Lisboa de Aquino**  
**OAB/RN 8404**

**Eliaquim Aminadabe Hamul Dantas Rodrigues**  
**OAB/RN 12.510**

Rua Francisco Isódio, 321, sala 03, Centro, Mossoró–RN.  
Telefones: (84) 3314-6100 / 99985-6883 / 99667-6153  
E-mail: gerliaquino@hotmail.com





## PROCURAÇÃO AD JUDICIA

### **OUTORGANTE**

Marta Kenia Pessoa de Carvalho Pantoja, brasileira, casada, empresária, portadora do CPF N° 042.887.024-97, residente e domiciliada na Rua Gíceno Fritona da Silva, 400, Bairro Alto do Açude, na cidade de Pau dos Ferros-RN.

### **OUTORGADA**

**GERLIANN MARIA LISBOA DE AQUINO**, brasileira, em união estável, advogada, CPF N° 011.618.954-18, inscrita na OAB/RN sob o número 8404, bem como **ELIAQUIM AMINADABE HAMUL DANTAS RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF N° 099.639.184-33, inscrito na OAB/RN 12.510, ambos com escritório na Rua Francisco Isódio, 321, sala 03, Edifício Valença Di Albuquerque, Centro, Mossoró-RN.

### **PODERES**

Amplios, gerais e ilimitados, PARA O FORO EM GERAL, com a cláusula ad judicium – "et extra", em qualquer juízo, instância ou tribunal, inclusive postular na instância administrativa, usando todos os recursos legais e acompanhando-os em repartições públicas federais, estaduais ou municipais, de qualquer natureza, onde o(s) mesmo(s) seja(m) autor(es) ou réu(s), assistente(s), oponente(s), ou de qualquer modo interessado(s), podendo para tanto ajuizar as ações competentes e defendê-lo(s) nas contrárias, seguindo umas e outras, até decisão final, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda, poderes para confessar, desistir, **renunciar**, transigir, arrolar, inquirir, requerer vista dos mesmos, concordar com cálculos, custas e contas processuais, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, arguir suspeição, falsidade e exceção, requerer falência e concordata, podendo ainda substabelecer com ou sem reserva de poderes, assinar termos de caução real ou fidejussória, concordar, discordar, enfim tudo mais praticar para o fiel e cabal desempenho deste mandato.

### **CONTRATO DE HONORÁRIOS**

Pelo presente contrato firmado entre os contratantes, fica estabelecido o pagamento dos honorários advocatícios pagos pelo Outorgante, em favor dos Outorgados, os quais deverão ser pagos na base de 30% (trinta por cento) sobre o valor bruto da condenação final apurado em liquidação de sentença, sem prejuízos dos honorários de sucumbência em favor dos contratados, conforme pactuado através do presente instrumento, nos termos do art. 22, § 4º da Lei N° 8.906, de julho de 1994. Contratam, ainda, as partes, que em caso de desistência da ação, ou ainda renúncia dos poderes dos contratantes em favor de outro causídico, nada impede, nem obsta o pagamento dos honorários contratuais, nos mesmos valores acima citados, tudo em conformidade com o disposto no art. 14 do Estatuto da OAB, sem prejuízo dos honorários sucumbenciais, conforme a Lei.

Pau dos Ferros-RN, 20 de dezembro de 2019

Marta Kenia Pessoa de Carvalho Pantoja  
Outorgante

Rua Francisco Isódio, 321, sala 03, Centro, Mossoró-RN.

Telefones: (84) 3314-6100 / 99985-6883 / 99667-6153

e-mail: gerliaquino@hotmail.com



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA

COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

*Marta Kenia P. de C. Dantas*

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 002.031.955 DATA DE EXPEDIÇÃO 04/03/2011

NOME MARTA KENIA PESSOA DE CARVALHO DANTAS

FILIAÇÃO OSVALDO PESSOA DE CARVALHO  
JEVANISA CLEORGIA PESSOA DE CARVALHO

NATURALIDADE PAU DOS FERROS RN DATA DE NASCIMENTO 30/01/1984

DOC. ORIGEM CRT. DE CASAMENTO 1-0825 F-99 RG-004549  
PAU DOS FERROS RN

CPF 042.187.024-97

2ª VIA

*Gerliann Maria Lisboa de Aquino*

LEI Nº 7.116 DE 24.06.65



Nº Documento: 20200110460675

ESCRITÓRIO

PAU DOS FERROS

MATRÍCULA

01046067.5

CLIENTE

MARTA KENIA PESSOA DE CARVALHO DANTAS

CPF/CNPJ:

042.187.024-97

VENCIMENTO

17/01/2020

INSCRIÇÃO

647.002.267.0342.000

ENDEREÇO DO IMÓVEL

RUA CICERO FEITOSA DA SILVA, 100 - ALTO DO ACUDE PAU DOS FERROS RN 59900-000

ROTA DE ENTREGA 12.2718

FATURA

01/2020

RESPONSÁVEL ENDEREÇO PARA ENTREGA

ÁGUA

LIGADO

ESGOTO

FACTIVEL

ÚLTIMOS CONSUMOS

12/2019 -	13	11/2019 -	13
10/2019 -	9	09/2019 -	10
08/2019 -	11	07/2019 -	11

ECONOMIAS	CONS. POR ECONOMIA	COD. AUXILIAR
1	1	R FF53011

LEITURA		CONSUMO	CONSUMO/DIA	
ANTERIOR	ATUAL	(M³)	DIAS	(M³)
242	243	1	30	0,04
09/12/2019	08/01/2020			

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E TARIFAS

CONSUMO POR FAIXA

VALOR R\$

ÁGUA

RESIDENCIAL 001 UNIDADE

CONSUMO DE ÁGUA

Multa P/IMPONTUALIDADE 12/2019

1 M3

43,77

1,17

TRIBUTOS

BASE DE CÁLCULO

PERCENTUAL(%)

VALOR DO IMPOSTO

PIS

43,77

1,65

0,72

COFINS

43,77

7,60

3,33

Os acréscimos devidos (atualização monetária, juros de mora e multa por atraso), decorrentes do pagamento em atraso, serão cobrados na fatura seguinte.

TOTAL

R\$

44,94

### MONITORAMENTO MENSAL DA QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUIDA (Decreto nº 5.440/05 e Portaria nº 2.914/11 do Ministério da Saúde).

GERÊNCIA REGIONAL: REGIONAL ALTO OESTE

Mês/Ano: 12/2019

Parâmetros	Turbidez	pH	Colif. Totais	Cloro Residual Livre	Nitrato (como N)
VMP e Recomendações	5,0	6,0 A 9,5	% DE AUSENCIA	0,2 A 2,0 MG/L	<= 10,0 MG/L
Valores obtidos	9,18	7,09	100,00	1,85	

VIA CLIENTE

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

Emitido por: INTERNET

Emitido em: 25/01/2020



MATRÍCULA

01046067.5

INSCRIÇÃO

647.002.267.0342.000

ROTA DE ENTREGA

12.2718

FATURA

01/2020

NÃO RECEBER APÓS

30/04/2020

VENCIMENTO

17/01/2020

VALOR R\$

44,94

GRUPO: 85

FIRMA: 1

82690000000-9 44940006647-7 01046067501-9 01202040003-7

VIA CAERN

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Eu, Marta Kenia Pessoa de Carvalho Santos,  
brasileira, casada, inscrito(a) no CPF  
sob o N° 042.187.024-97, residente e domiciliado(a) na  
Rua Bíceno Tribuna da Silva, N° 100,  
complemento \_\_\_\_\_,  
Bairro Alto do Agude, na cidade de  
Pau dos Ferros-RN, **DECLARO**, para todos os  
fins de direito e sob as penas da lei, que não tenho condições  
de arcar com as despesas inerentes ao presente processo, sem  
prejuízo do meu sustento e de minha família, necessitando,  
portanto, da **Gratuidade da Justiça**, nos termos do art. 98 e  
seguintes da Lei 13.105/2015 (Código de Processo  
Civil). Requeiro, ainda, que o benefício abranja a todos os atos  
do processo.

Pau dos Ferros-RN, 20 de dezembro de 2019

Marta Kenia Pessoa de Carvalho Santos

NOME

CPF





**REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DAS CIDADES**

**DETRAN - RN**  
**CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO**

Nº 010464049927

VIA	COD. RENAVAM	R.N.T.R.C.	EXERCÍCIO
1	00991469216		2014

NOME  
**FABIO REGIO DE OLIVEIRA DANTAS**

CPF / CNPJ  
007.436.334-40

PLACA  
NNM9378

CHASSI  
9C6KE12009005426

PLACA ANT / UF  
NNM9378 / RN

ESPECIE TIPO

MARCA / MODELO

**YAMAHA/FACTOR YBR125 ED**

2008

CAP / POT / CIL	CATEGORIA	COR PREDOMINANTE
OCY/124 CILINDRADAS	PARTICULAR	PRATA

COTA ÚNICA	VENO. COTA ÚNICA	VENO. / COTAS
R\$ 0,00	06/06/2014	1º PAGO
FAIXA LPVA	PARCELAMENTO / COTAS	2º PAGO
009612 3X	R\$ *****	3º PAGO

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$)	IOF (R\$)	PRÊMIO TOTAL (R\$)	DATA DE PAGAMENTO
*** LICENCIAMENTO DETRAN: PAGO ***			DPVAT: PAGO

OBSERVAÇÕES  
ALIEN. FID. EM FAVOR DE: 01.149.953/0001-89  
SV FINANCEIRA S.A CRED FINC E INVEST  
MOTOR: E3C8E-005475

PAU DOS FERROS

DATA  
06/06/2014

Marcos Brito de Medeiros Góes  
Coordenador de Registro de Veículos  
DETRAN-RN

**SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA TRANSPORTADAS OU NAO - SEGURO DPVAT**

**RN Nº 010464049927** **BILHETE DE SEGURO**

CPF / CNPJ  
007.436.334-40

**BILHETE DE SEGURO DPVAT**

RN Nº 010464049927

EXERCÍCIO  
2014

CPF / CNPJ

**YAMAHA/FACTOR YBR125 ED**

2008

ANO FAB.	CAL. TARE	Nº CHASSI
2008	9	9C6KE12009005426

**PRÊMIO TARIFÁRIO**

FNS (R\$)	DETRAN (R\$)	CUS

CUSTO DO BILHETE (R\$)	IOF (R\$)	TOTAL

PAGAMENTO

☐ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO

**Seguradora Líder dos Cor**  
**do Seguro DPVAT S**  
CNPJ: 09.248.608/0001-04





BOLETIM DE Ocorrência Nº 217/2018.

Natureza da Ocorrência: ACIDENTE DE TRÂNSITO (queda).

Local: Na lateral da Escola Estadual José Fernandes de Melo- Paraíso- Pau dos Ferros/RN

Data e hora do fato: 19/01/2018 às 07h.

COMUNICANTE/VÍTIMA: MARTA KENIA PESSOA DE CARVALHO DANTAS.

Endereço: Rua: Cicero Feitosa da Silva, 100- Alto do Açude - Pau dos Ferros/RN.

Filiação: Osvaldo Pessoa de Carvalho e Jevanisa Cleorgia Beserra de Carvalho.

Naturalidade: Pau dos Ferros- RN

Data de Nascimento: 30/01/1984

Documento: RG nº.002.021.955 - SSP/RN

CPF nº 042.187.024-97

Profissão: Empregada

Estado Civil: casada

Grau de instrução: Ensino médio completo

IDENTIFICAÇÃO DO VEÍCULO ENVOLVIDO

ESPÉCIE/TIPO: PASSAGEIRO/MOTOCICLETA

MARCA/MOD: YAMAHA/FACTOR YBR 125 ED.

PLACA: NNM 9978/RN

CHASSI Nº. 9C6KE120090005426

ANO/MOD: 2008/2008

COR: PRATA.

RENAVAN: 00991469216

PROPRIETÁRIO: FABIO REGIO DE OLIVEIRA DANTAS

CONDUTOR (A): FABIO REGIO DE OLIVEIRA DANTAS.

HISTÓRICO: Notícia o Comunicante QUE: Que no local, data e horário acima citados, trafegava na moto acima discriminada, na condição de garupa e guiada por Fabio Regio de Oliveira Dantas; QUE em certo momento, o piloto ao tentar fazer uma manobra, devido ao terreno esta molhado, o pneu dianteiro derrapou; QUE com a derrapagem a comunicante e o condutor foram ao solo; QUE com a queda, a comunicante machucou o joelho direito; QUE ficou sentindo fortes dores, assim resolveu ir para o Hospital Regional de Pau dos Ferros/RN; QUE no hospital foi constatado pelo médico uma fratura na patela do joelho direito; QUE a comunicante foi encaminhada para fazer um procedimento cirurgico na Unidade de saúde Trauminha em João Pessoa/PB, na data de 24/01/2018; QUE até essa data, a comunicante se locomove com ajuda de muletas. O teor deste é de inteira responsabilidade da comunicante a qual responderá civil e criminalmente pelo feito, onde a mesma afirma ser de total veracidade, inclusive apresentou nesta Unidade Policial documentos que comprovam seu atendimento nas unidades de saúde acima citadas.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: Registro do Boletim de Ocorrência. (Certidão).

Testemunhas:

Francelino Alves da Silva  
Nome: Francelino Alves da Silva, RG 1846673 SSP/DF

Endereço: Rua: Carlotto tavora, 455- São Benedito- Pau dos Ferros/RN

Fernando Henrique Pereira Batista  
Nome: Fernando Henrique Pereira Batista, RG 2652860 SSP/RN

Endereço: Treze de Maio, 843, centro- Pau dos Ferros/RN

Pau dos Ferros (RN), 08 de Fevereiro de 2018

APC Alamy  
Servidor

Marta Kenia P. de C. Dantas  
Assinatura do Comunicante (vítima)

ant. 11m 182-7







# HOSPITAL CLEODON CARLOS DE ANDRADE

BR 405, Km 03, Bairro Arizona, Pau dos Ferros RN, Telefax (84) 3351 - 9840

## BOLETIM DE URGÊNCIA

Nome: Marta Kenia Pessoa de Carvalho Dantas

TEL:

Nº REG: 298290

Nas 30/01/1984 3-Feminino Casado

Cert.nasc. ☐ Título ☐ CPF ☐ RG ☒ Nº 002021955

Pai: Osvaldo Pessoa de Carvalho

Mãe: Jevanisa Cleogia Beserra de Carvalho

Endereço: José Florêncio

399 Centro

PAU DOS FERROS

RN

Responsável: CNS 705 0008 7370 7058

TEL:

Endereço do Responsável:

Serviço: Urgência / emergência

Enfermaria:

Leito:

Admissão: 19/01/2018 Hora admissão: 21:14

Data da Alta:

Hora da Alta:

Dados Clínicos: PA: 120x80 mmHg Pulso: Bpm Temp: 36°C FR:

Alega Acidente de Trabalho Sim ☐ Não ☐

História - Causa eficiente da Lesão (alegada):

prair a vítima de queda de  
apoio.

Antônia Vitoria Sales Lima  
Chefe de Serviço de Saúde  
Médica  
CNS 705 0008 7370 7058

HOSP. DR. CLEODON CARLOS DE ANDRADE  
AUTENTICAÇÃO  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Pau dos Ferros/RN 22/01/2018

Lesões ou afecções encontradas

DS + cefaleia + Escarificações do  
peito D.

DIAGNÓSTICO PROVISÓRIO: Trauma do Peito D

DIAGNÓSTICO DEFINITIVO:

ora: 08:36

CRM



BOLETIM DE URGÊNCIA

EXAMES COMPLEMENTARES:

RX do Joelho

fe p.

CONDUTA:

- Diclofenaco 75 09:40

7 p. 1m

- Iuebifran

- Avaliação do ortopedista

8/10/2018

RECIBO DO DECOM CARLOS DE AQUINO  
AUTENTICAÇÃO  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Pau dos Ferros 22/04/2018

Médico FRANCISCO TADEU MUNES  
Médico Hosp. Dr. Cleonir C. de Andrade  
CPF: 117.772.594-15 - CRM 168

DESTINO DO PACIENTE :

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ hora: \_\_\_

Destino: Cl. Médica: ☐ Cl. Cirúrgica ☐ Cl. Obstétrica: ☐ UTI Adulto: ☐ Pediatria: ☐  
Alta Médica: ☐ Alta a pedido: ☐ Alta a revelia: ☐ Transferecia: ☐ Óbito: ☐

Médico / Carimbo:





# Hospital Dr. Cleodon Carlos de Andrade

BR 405 - KM 03 - PAU DOS FERROS/RN - (84) 3351-9840

Nome:

Marta Kátia Pereira  
de Carvalho Duarte

Receituário

Solicito

1 - Uma cadeira de rodas.

Data: 20/02/18



Ho

Nom

1 - Uma



CNPJ 07.893.730/0001-64 FARMACIA IDEAL LTDA  
ME  
IE: 202012042  
PRACA DA MATRIZ, 45, CENTRO, PAU DOS  
FERROS-RN (84)3351-2869  
Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Consumidor  
Eletrônica

Código	Descrição	Qtde. Un.	Vi. Un.	Vi. Total
55736	CADEIRA DE BANHO	1 UN	283,50	283,50
53756	CADEIRA DE RODAS HIGIENICA	1 UN	356,00	356,00
38103	MULETA AXILAR GRANDE MERCUR	2 UN	72,60	145,20
49491	MULETA CANADENSE FIXA PRETA	1 UN	143,50	143,50
5458	KEFLEX 500MG-8CPR	7 UN	54,19	379,33
Qtde. total de itens				5
Valor total R\$				1307,53
Valor a pagar R\$				1307,53
FORMA PAGAMENTO				VALOR PAGO R\$
Total Pago R\$				1307,53
Dinheiro				1307,53

Consulta pela Chave de Acesso em  
[http://nfce.sit.in.gov.br/portalDFe/NFCE/mDadosNFCE.aspx?](http://nfce.sit.in.gov.br/portalDFe/NFCE/mDadosNFCE.aspx?2418030769373000010465001000046542100000000)  
2418030769373000010465001000046542100000000



CONSUMIDOR CPF:  
042.187.024-97 MARTA KENIA  
PESSOA DE CARVALHO  
DANTAS - CICERO FEITOSA  
DA SILVA, 100, ALTO DO  
ACUDE, PAU DOS FERROS-  
RN  
NFC-e nº 49342 Série 1  
07/03/2018 16:32:31 Via  
Consumidor  
Protocolo de autorização:  
324160054707471  
Data de autorização:  
07/03/2018 16:32:36

Tributos Totais Incidentes (Lei Federal 12.741/2012) Federal  
R\$149,18 Estadual R\$51,97 Municipal R\$0,00

Permite aproveitamento de crédito de ICMS  
29 - EDCARLOS PEREIRA

NOUE - MARTA KENIA PESSOA  
CARVALHO DANTAS  
CPF 042.187.024-97  
END R. CICERO FEITOSA DA SILVA  
112 100  
BAIRRO ALTO DO AGUADO



## LAUDO MÉDICO - RESUMO DE ALTA

NOME: MARTA KENIA PESSOA DE CARVALHO DANTAS				PRONTUÁRIO Nº	
IDADE 34	SEXO f	COR	CLÍNICA <i>Ortopedia</i>	ENF.	LEITO
DATA DE ADMISSÃO 22/01/2018		DATA DE ALTA: 24/01/2018		TEMPO DE PERMANÊNCIA	
DIAGNÓSTICO INICIAL <i>Fratura do Patela</i>				CID S82.2	
DIAGNÓSTICO DEFINITIVO <i>O mesmo</i>					
OUTROS DIAGNÓSTICOS					
PRINCIPAIS EXAMES <i>Rx de joelho demonstrando solução de continuidade óssea da patela</i>					
TERAPÊUTICA MEDICAMENTOSA					
ANATOMIA PATOLÓGICA					
INFECÇÃO DE F.O. ( ) SIM (X) NÃO					
RESULTADO BACTERIOLOGIA					
COLETA DE MATERIAL ( ) SIM ( ) NÃO					
CONDIÇÕES DE ALTA (X) MELHORADO ( ) REMOVIDO ( ) A PEDIDO ( ) CURADO ( )					
ÓBITO					

### RESUMO CLÍNICO (HISTÓRIA, EVOLUÇÃO, TERAPÊUTICA, COMPLICAÇÕES)

*Paciente portador(a) de fratura de patela foi submetido(a) a tratamento cirúrgico através de redução aberta e fixação interna. Recebe alta em boas condições clínicas e orientações com relação ao uso de medicação antibiótica, antitrombótica e analgésica. Retornará ao ambulatório deste serviço para continuidade de tratamento e orientações.*

### ORIENTAÇÕES PÓS ALTA

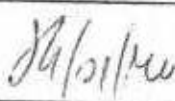
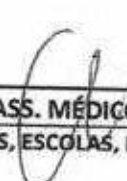
**DIETA:** Livre ou conforme já realizada pelo paciente se diabético, hipertenso, renal crônico, etc...

**REPOUSO:** Relativo em casa por 15 dias.  
Retorno às atividades sem esforço físico em 30 dias.  
Retorno às atividades com esforço físico leve em 45 dias e com esforço maior em 90 dias.

**CUIDADOS COM A FERIDA OPERATÓRIA:** Lavá-la com água e sabão duas vezes ao dia. Não colocar produtos tópicos no lugar. Se sentir dor, calor, vermelhidão ou "inchaço" no local, ou se ocorrer febre, procurar imediatamente este Complexo Hospitalar.

**MEDICAÇÕES PARA CASA:** Ciprofloxacina, Tramadon (cloridrato de tramadol), Pradaxa.

**RETORNO:** Ao posto de saúde em 21 dias.  
Ao ambulatório do Complexo Hospitalar Mangabeira em 21 dias para revisão.

	
DATA	ASS. MÉDICO / C.R.M.
Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO, CONTINUIDADE DE TRATAMENTO	



NÚMERO DO CADASTRO: 2399628		1 - CPF	2 - CGC	2	10202434000012
NOME DA UNIDADE: COMPLEXO HOSPITALAR MANGABEIRA GOV. TARCÍSIO BURITY					
ENDEREÇO: RUA AG. FISCAL JOSÉ COSTA DUARTE, S/N – CEP 58056-384, JOÃO PESSOA - PB					
BAIRRO: MANGABEIRA II		MUNICÍPIO: JOÃO PESSOA		UF: PAR	
PACIENTE: <i>marta kenia pessoa de carvalho dantas</i>		IDENTIDADE:		IDADE:	
ENDEREÇO:		ORIGEM			
BAIRRO:		( ) PAM ( ) SES ( ) SSM			
DADOS CLÍNICOS <i>Fratura de patela</i>		ESPECIALIDADE DO MÉDICO REQUISITANTE			
MATERIAL A EXAMINAR					
EXAMES SOLICITADOS <i>Rx de patela AP/P e axilar</i>					
DATA: <i>14, 01, 19</i>					
CARIMBO E ASSINATURA					







### ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que, a pedido do(a) Sr.(a) MARIA REGINA LEMOS DE CARVALHO portador(a) da identidade RG \_\_\_\_\_, que o(a) mesmo(a) foi atendido(a) por mim no dia de hoje, às \_\_\_\_\_ horas, portador(a) da patologia CID-10 S00, devendo permanecer afastado(a) de suas atividades laborativas por um período de 00 (sessenta) dias, a partir desta data.

João Pessoa, 24/01/18

Assinatura e Carimbo do(a) Médico(a)

### AUTORIZAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, autorizo o(a) Dr.(a) \_\_\_\_\_, a registrar o diagnóstico codificado CID-10 ou por extenso neste atestado médico.

Assinatura do(a) paciente ou responsável legal

1ª VIA-PACIENTE

2ª VIA ANEXA AO PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO

Rua Ag. Fátima José Costa Duarte, 504, CEP 58055-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB





P/ Marta Kenia Pessoa de Carvalho Dantas 7

### Laudos Médico

Paciente vítima de trauma em joelho 7  
resultando em fratura de patela, foi 1  
submetido(a) a tratamento cirúrgico com  
uso de material de osteossíntese,  
encontra-se inapto(a) a realizar suas  
atividades habituais e laborais por um  
período de 90 (noventa) dias a contar da  
data abaixo.

CID: S82

DR. ALEXANDRE GALVÃO  
CRM 9128 SBOT 9.603

Rua Ap. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB





## LAUDO MÉDICO - RESUMO DE ALTA

NOME: MARTA KENIA PESSOA DE CARVALHO DANTAS

PRONTUÁRIO Nº

IDADE 34

SEXO F

COR

CLÍNICA

Ortopedia

ENF.

LEITO

DATA DE ADMISSÃO  
22/01/2018

DATA DE ALTA: 24/01/2018

TEMPO DE PERMANÊNCIA

DIAGNÓSTICO INICIAL

*Fratura da Patela*

CID

S82.2

DIAGNÓSTICO DEFINITIVO

*O mesmo*

OUTROS DIAGNÓSTICOS

PRINCIPAIS EXAMES

*Rx de joelho demonstrando solução de continuidade óssea da patela*

TERAPÊUTICA MEDICAMENTOSA

ANATOMIA PATOLÓGICA

INFECÇÃO DE F.O. ( ) SIM (X) NÃO

COLETA DE MATERIAL ( ) SIM ( ) NÃO

RESULTADO BACTERIOLOGIA

CONDIÇÕES DE ALTA

(X) MELHORADO

( ) REMOVIDO

( ) A PEDIDO

( ) CURADO

( )

ÓBITO

RESUMO CLÍNICO

(HISTÓRIA, EVOLUÇÃO, TERAPÊUTICA, COMPLICAÇÕES)

*Paciente portador(a) de fratura de patela foi submetido(a) a tratamento cirúrgico através de redução aberta e fixação interna. Recebe alta em boas condições clínicas e orientações com relação ao uso de medicação antibiótica, antitrombótica e analgésica. Retornará ao ambulatório deste serviço para continuidade de tratamento e orientações.*

### ORIENTAÇÕES PÓS ALTA

DIETA: *Livre ou conforme já realizada pelo paciente se diabético, hipertenso, renal crônico, etc...*

REPOUSO:

Relativo em casa por 15 dias.

Retorno às atividades sem esforço físico em 30 dias.

Retorno às atividades com esforço físico leve em 45 dias e com esforço maior em 90 dias.

CUIDADOS COM A FERIDA OPERATÓRIA:

Lavá-la com água e sabão duas vezes ao dia. Não colocar produtos tópicos no lugar. Se sentir dor, calor, vermelhidão ou "inchaço" no local, ou se ocorrer febre, procurar imediatamente este Complexo Hospitalar.

MEDICAÇÕES PARA CASA: *Ciprofloxacina, Tramadon (cloridrato de tramadol), Pradaxa.*

RETORNO:

Ao posto de saúde em 21 dias.

Ao ambulatório do Complexo Hospitalar Mangabeira em 21 dias para revisão.

DATA

ASS. MÉDICO / C.R.M

Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO, CONTINUIDADE DE TRATAMENTO



## FICHA DE ADMISSÃO MÉDICA

Data da Admissão: 22/07/18

Nome: Marta Kenia Pessoa  
 Prontuário: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_ Enfermaria: \_\_\_\_\_ Leito: \_\_\_\_\_  
 Nome da Mãe: \_\_\_\_\_  
 Endereço: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_  
 Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_  
 Sexo: F ( ) M ( ) Cor: \_\_\_\_\_ Estado Civil: \_\_\_\_\_ Religião: \_\_\_\_\_  
 Escolaridade: \_\_\_\_\_ Data de Nascimento: 1/1

QPD: \_\_\_\_\_

HDA: Paciente apresentando dor: abdominal

e de dor miocranial em região (1)

no 1º Aumento de transito.

Medicações em uso: \_\_\_\_\_

### Interrogatório Sintomatológico:

**Geral:** ☐ Febre ☐ Astenia ☐ Anorexia ☐ Perda de Peso \_\_\_\_\_ Kg em \_\_\_\_\_ ☐ Prurido ☐ Sudorese  
☐ Calafrios ☐ Alopecia ☐ Adenomegalias ☐ Icterícia ☐ Tonturas ☐ Outros: \_\_\_\_\_

**Pele:** \_\_\_\_\_

**Cabeça e Pescoço:** ☐ Cefaléia ☐ Espirros ☐ Rinorréia ☐ Obstrução Nasal ☐ Epistaxe  
☐ Dor de Garganta ☐ Bócio ☐ Rouquidão ☐ Disfagia Audição: \_\_\_\_\_ Visão: \_\_\_\_\_

**AR e ACV:** ☐ Dor \_\_\_\_\_ ☐ Tosse ☐ Expectoração ☐ Hemoptise  
☐ Dispneia ☐ Palpitações ☐ Desmaio ☐ Cianose ☐ Edema \_\_\_\_\_ Outros: \_\_\_\_\_

**ABD:** ☐ Dor \_\_\_\_\_ ☐ Pirose ☐ Solução ☐ Regurgitação ☐ Hematêmese ☐ Náuseas  
☐ Vômitos ☐ Dispepsia ☐ Diarréia ☐ Melena ☐ Enterorragia ☐ Constipação ☐ Aumento de volume

**AGU:** ☐ Disúria ☐ Incontinência ☐ Retenção ☐ Poliúria ☐ Oligúria ☐ Noctúria ☐ Hematúria  
☐ Mal Cheiro ☐ Corrimento ☐ Outras: \_\_\_\_\_

**SME:** ☐ Dor \_\_\_\_\_ ☐ Rigidez pós-reposso ☐ Deformidades  
☐ Artralgia ☐ Calor ☐ Rubor ☐ Edema ☐ Crepitação ☐ Fraqueza ☐ Atrofia ☐ Espasmos

**SN e PSQ:** ☐ Insônia ☐ Sonolência ☐ Convulsões ☐ Motricidade e Sensibilidade \_\_\_\_\_  
☐ Amnésia ☐ Libido ☐ Humor



### Antecedentes Pessoais e Hábitos:

Doenças Anteriores: \_\_\_\_\_

Alergias: \_\_\_\_\_

Cirurgias: \_\_\_\_\_

[ ] HAS [ ] DM [ ] TB [ ] HEP [ ] Dislipidemia [ ] Banho de Rio [ ] Casa de Taipa [ ] HTF  
[ ] Trauma [ ] Neo [ ] Tabagismo

[ ] Alcoolismo

Exercício Físico: \_\_\_\_\_

Alimentação \_\_\_\_\_

### Antecedentes Familiares:

HAS \_\_\_\_\_

DM \_\_\_\_\_

TB \_\_\_\_\_

NEO \_\_\_\_\_

Dislipidemias \_\_\_\_\_

### Exame Físico:

Peso: \_\_\_\_\_ Kg

Altura: \_\_\_\_\_ m

IMC = \_\_\_\_\_

PA = \_\_\_\_\_

mmHg

FC = \_\_\_\_\_

FR = \_\_\_\_\_

TEMP(°C) = \_\_\_\_\_

Geral: \_\_\_\_\_

Cabeça e Pescoço (ORF e Otoscopia): \_\_\_\_\_

Gânglios: \_\_\_\_\_

Pele: \_\_\_\_\_

ACV: \_\_\_\_\_

AR: \_\_\_\_\_

ABD: \_\_\_\_\_

AGU: \_\_\_\_\_

SME: \_\_\_\_\_

SN: \_\_\_\_\_

Resultados de Exames Complementares: \_\_\_\_\_

Hipóteses Diagnósticas: Fratura lateral

Conduta: - internar para TPO cirúrgica  
- solicitar material  
- solicitar pré-operatório

Dr. Eneas P. Bessa Neto  
MÉDICO  
CRM 8498

Nome: MARTA KENIA PESSOA DE CARVALHO DANTAS				Registro:	
Idade:	Sexo:	Cor:	Clínica: Ortopedia	EMP:	LR:
Data: 24 / 01 / 2017			Cirurgião: CARLOS TIAGO		
1º Assistente: Jorge Augusto			2º Assistente:		
3º Assistente:			Instrumentador:		
<b>DIAGNÓSTICO(S) PRÉ-OPERATÓRIO</b>					<b>CID</b>
Fratura De patela					S82
<b>DIAGNÓSTICO(S) PÓS-OPERATÓRIO</b>					<b>CID</b>
O mesmo					
<b>PROCEDIMENTO(S) CIRÚRGICO(S)</b>					<b>CÓDIGO</b>
Osteossíntese de Fratura do Patela					
Acidente durante Ato Cirúrgico: 1 ( ) Sim 2 (X) Não					
Descreva:					
Biópsia de Congelação: 1 ( ) Sim 2 (X) Não					
Encaminhamento do paciente após Ato Cirúrgico:					
1 (X) Enfermaria 2 ( ) Terapia Intensiva 3 ( ) Residência 4 ( ) Óbito durante o Ato Cirúrgico					





DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

Posição e Preparo:

Paciente em decúbito dorsal sob anestesia

Assepsia + Antissepsia

Aposição de campos cirúrgicos estéreis

Incisão:

Incisão longitudinal em regão anterior de joelho

Dissecção por planos

Hemostasia com eletrocautério

Achados:

Visualização de foco de fratura de petela

Conduta:

Realizada manobra de redução cruenta

Passagens de fios de k longutudinais paralelos

Passagem de banda de tensão com fis de aço

Limpeza exaustiva de ferida operatória com SF a 0,9%

Realizado RX controle

Fechamento:

Fechamento de planos

Curativo

Tala tipo joelheira

OBS:

Data:

04, 01, 18

MÉDICO/CRM

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB





Paciente: **MARTA KENIA PESSOA DE CARVALHO DANTAS**

Data de Nascimento: **30/01/1984** Idade: **34** ano(s) Data do Exame: **15/02/2018**

#### RADIOGRAFIAS DO JOELHO DIREITO

- Fratura patelar fixada com fios metálicos. Fragmentos alinhados.
- Redução do espaço femoro-tibial medial.
- Ausência de calcificações em partes moles detectáveis pelo método na região examinada.

Laudado gerado no dia: 16/02/2018 13:13. Uma cópia digital encontra-se disponível acessando o link <https://pje1g.tjrn.jus.br/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021715071105400000051552570> e utilize a data/hora eduUxlaL para acesso.

Laudado Por:

**Dr. Marcus Vinicius Maia Passos**  
CRM-RN 4534 / RADIOLOGISTA





Hospital Dr. Cleodón Carlos de Andrade

BR 405 - KM 03 - PAU DOS FERROS - RN - (84) 9 9906 - 9296

NOME: Marta Maria Pessoa de Carvalho

Doutor.

Laudo Médico

Atesto para os devidos fins que a paciente supracitada foi vítima de acidente de trânsito (queda de motocicleta) tendo sofrido em consequência do mesmo fratura da patela D. Realizou cirurgia reparadora em 24/01/2018 (05 dias após o acidente) e uma segunda cirurgia dia 05/05/2018 por reparação do material cirúrgico. Em tempo, a paciente apresenta ainda sequelas como dificuldade de movimentação em pé por muito tempo (odema no joelho, dor) e de subir escadas (não consegue se levantar sem com a ajuda acamada). Não está a melhorar muito rápido quanto

DATA:

de fratura: 16/01/18



Rio de Janeiro, 08 de Agosto de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3180521069

Vítima: MARTA KENIA PESSOA DE CARVALHO DANTAS

Data do Acidente: 19/01/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: EUMARA FABRICIO BARROS DE ALMEIDA

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), MARTA KENIA PESSOA DE CARVALHO DANTAS

Informamos que o pagamento da indenização o Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 337,50

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um joelho 25%

Graduação: Em grau residual 10%

% Invalidez Permanente DPVAT: (10% de 25%) 2,50%

Valor a indenizar: 2,50% x 13.500,00 =

R\$ 337,50

Recebedor: MARTA KENIA PESSOA DE CARVALHO DANTAS

Valor: R\$ 337,50

Banco: 104

Agência: 763

Conta: 0000045058-9

Tipo: CONTA POUPANÇA

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: [www.seguradoralider.com.br/recomeco](http://www.seguradoralider.com.br/recomeco).

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você







PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
1ª Vara da Comarca de Pau dos Ferros  
Av. Senador Dinarte Mariz, 570, São Benedito, PAU DOS FERROS - RN - CEP: 59900-000

Processo: 0800684-61.2020.8.20.5108

Ação: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: MARTA KENIA PESSOA DE CARVALHO DANTAS

RÉU: SEGURADORA DPVAT

#### DESPACHO

Vistos, etc.

Trata-se de ação de cobrança ajuizada por MARTA KENIA PESSOA DE CARVALHO DANTAS em desfavor de SEGURADORA DPVAT, requerendo o pagamento do seguro DPVAT, em razão de sequela oriunda de acidente de trânsito.

A petição inicial, prima facie, preenche os requisitos previstos no art. 319 do Novo Código de Processo Civil, já que as partes estão suficientemente identificadas e foram acostados os documentos essenciais.

Defiro o pedido de gratuidade da Justiça, nos moldes do art. 4º, da Lei nº 1.060/50 c/c art. 99 do CPC, porquanto o autor afirmou que não tem condições de arcar com as despesas do feito, e a natureza da demanda e documentos trazidos aos autos não contrariam, em análise inicial, essa afirmação.

Considerando que, em regra, não há a celebração de acordo em demandas deste jaez, e as questões técnicas normalmente postas podem ser decididas posteriormente sem qualquer prejuízo às partes, bem como, considerando o princípio processual de que não há nulidade sem prejuízo, especialmente considerando que é facultada a conciliação às partes em qualquer momento do processo, determino que a realização da audiência de conciliação seja realizada após a contestação ou após a realização da perícia.

Cite-se a demandada para que, na forma e prazos da lei (quinze dias úteis), apresente a defesa que entender pertinente. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial.

Uma vez apresentada contestação, intime-se a parte demandante para se manifestar sobre a mesma no prazo quinze dias.



Após, inclua-se o presente feito nos processos destinados para o Mutirão DPVAT, momento em que será realizado a perícia e a audiência de conciliação.

Intimem-se. Cumpra-se.

PAU DOS FERROS/RN, DATA DA ASSINATURA DIGITAL

ANA ORGETTE DE SOUZA FERNANDES VIEIRA

Juíza de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
1ª Vara da Comarca de Pau dos Ferros  
Av. Senador Dinarte Mariz, 570, São Benedito, PAU DOS FERROS - RN - CEP: 59900-000

CARTA DE CITAÇÃO

Processo: 0800684-61.2020.8.20.5108

Ação: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Autor: AUTOR: MARTA KENIA PESSOA DE CARVALHO DANTAS

Réu: RÉU: SEGURADORA DPVAT

Ao(À) Ilmo(a). Sr(a).

SEGURADORA DPVAT

De ordem do Exmo(a). Sr(a). Dr(a). OSVALDO CÂNDIDO DE LIMA JÚNIOR, Juiz(a) de Direito em Substituição Legal da 1ª Vara da Comarca de Pau dos Ferros, na forma da lei.

Manda, pela presente, extraída dos autos do processo infra-identificado, na conformidade do despacho proferido e da petição inicial, CITAR Vossa Senhoria para, querendo, contestar a ação no prazo de quinze (15) dias.

ADVERTÊNCIA: Caso não seja contestada a ação, serão tidos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor (art. 285 do CPC).

OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 225, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço <https://pje.tjrn.jus.br/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>, sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação.

Ressalte-se que este processo tramita em meio eletrônico através do sistema PJe, sendo vedada a junta de de quaisquer documentos por meio físico quando houver o  
p a t r o c í n i o d e a d v o g a d o .

É imprescindível que o tamanho de cada arquivo a ser inserido tenha, no máximo, 1,5 Mb (megabytes). O único formato de arquivo compatível com o sistema PJe é o ".pdf".

CUMPRE-SE na forma e sob as penas da lei. DADO E PASSADO nesta Comarca de Pau dos Ferros. Eu, GLECIA FRANCINETE FERREIRA SENA, Técnica Judiciária, que o digitei e conferi.



PAU DOS FERROS/RN, 27 de abril de 2020.

GLECIA FRANCINETE FERREIRA SENA  
Chefe de Secretaria  
(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

<p>1ª Vara da Comarca de Pau dos Ferros</p> <p>Av. Senador Dinarte Mariz, 570, São Benedito, PAU DOS FERROS - RN - CEP: 59900-000</p> <p>Processo: 0800684-61.2020.8.20.5108</p>	<p>1ª Vara da Comarca de Pau dos Ferros</p> <p>Av. Senador Dinarte Mariz, 570, São Benedito, PAU DOS FERROS - RN - CEP: 59900-000</p> <p>Processo: 0800684-61.2020.8.20.5108</p>
<p>Destinatário:</p> <p>SEGURADORA DPVAT - Rua Senador Dantas, Nº74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20.031-205</p>	<p>Destinatário:</p> <p>SEGURADORA DPVAT - Rua Senador Dantas, Nº74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20.031-205</p>

